

MEMORANDO INTERNO N° 106/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 09/2023

Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - ARP N° 96/2023

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, sobre o pedido de cancelamento do **ITEM 206 – INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE)**.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 31 de julho de 2023.

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

1625
af

licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

De: carlos eduardo nunes <carlos.enunes@hotmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 31 de julho de 2023 10:32
Para: Licitação e Compras - CIOP
Cc: Tais Moura - Rioclarense; Rosana Talarico
Assunto: ENC: SISTEMA JURIDICO 13710 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
Anexos: CIOP - Cotação errada - Integrador Quimico.pdf;
Procuracao_Juridico_Dr_Augusto_Gustavo - Cópia.pdf

Bom dia Marcel

Segue solicitação de cancelamento devido cotação estar errada, produto não é o solicitado

Obrigado



Carlos E. Nunes

Consultor de Vendas

(14) 98116-5292

(19) 99786-4542

(19) 3522-5800

De: Gabriel Dorricio <gabriel.dorricio@rioclarense.com.br>
Enviado: segunda-feira, 31 de julho de 2023 09:59
Para: carlos eduardo nunes <carlos.enunes@hotmail.com>
Cc: nunesp.tania@hotmail.com <nunesp.tania@hotmail.com>
Assunto: Fwd: SISTEMA JURIDICO 13710 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Bom dia, Carlos

segue conforme solicitado
Atenciosamente,



GABRIEL DORRICIO

Juridico

(19) 35225800

gabriel.dorricio@rioclarense.com.br

www.rioclarense.com.br

Rio Claro / SP

1626
[assinatura]



A Rioclarense, atendendo o rigor da legislação de boas práticas e anticorrupção, encontra-se em Compliance. A fim de promover gerenciamento de risco, temos como regra de atuação em nossos negócios, estar em conformidade com as leis, padrões éticos e regulamentos Internos e externos. A Política de Compliance da Rioclarense, pode ser conhecida acessando nosso [Código de Conduta e Política Anticorrupção](#). Por intermédio do canal de denúncia compliance@rioclarense.com.br e/ou 19-3522 8000- ramal 5940 é possível relatar eventuais situações que vão contra a Política de Integridade, e Princípios Éticos e Legais da Rioclarense, e de nosso ordenamento jurídico. Denuncie!

----- Forwarded message -----

De: **Gabriel Dorricio** <gabriel.dorricio@rioclarense.com.br>

Date: sex., 21 de jul. de 2023 às 09:21

Subject: Fwd: SISTEMA JURIDICO 13710 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

To: carlos eduardo nunes <carlos.enunes@hotmail.com>, Rosana Talarico <rosana.talarico@rioclarense.com.br>.

Ana Carolina Nunes <ana.nunes@rioclarense.com.br>, Jurídico Rioclarense <juridico@rioclarense.com.br>

Bom dia, Carlos

Segue pedido de cancelamento do item "206" da CIOP.

Protocolar/enviar ao cliente.

Atenciosamente,



GABRIEL DORRICIO

Jurídico

(19) 35225800

gabriel.dorricio@rioclarense.com.br

www.rioclarense.com.br

Rio Claro / SP



A Rioclarense, atendendo o rigor da legislação de boas práticas e anticorrupção, encontra-se em Compliance. A fim de promover gerenciamento de risco, temos como regra de atuação em nossos negócios, estar em conformidade com as leis, padrões éticos e regulamentos Internos e externos. A Política de Compliance da Rioclarense, pode ser conhecida acessando nosso [Código de Conduta e Política Anticorrupção](#). Por intermédio do canal de denúncia compliance@rioclarense.com.br e/ou 19-3522 8000- ramal 5940 é possível relatar eventuais situações que vão contra a Política de Integridade, e Princípios Éticos e Legais da Rioclarense, e de nosso ordenamento jurídico. Denuncie!

1627
207

----- Forwarded message -----

De: **Juridico Rioclarense** <plug@rioclarense.com.br>

Date: qui., 20 de jul. de 2023 às 15:40

Subject: SISTEMA JURIDICO 13710 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

To: <rosana.talarico@rioclarense.com.br>, <paulo.prochnow@rioclarense.com.br>;

<augusto.barbosa@rioclarense.com.br>, <fabiana.servidoni@rioclarense.com.br>;

<regiane.pinhatti@rioclarense.com.br>, <deise.amorim@rioclarense.com.br>, <tais.moura@rioclarense.com.br>;

<francell.ramassotti@rioclarense.com.br>, <julio.sousa@rioclarense.com.br>;

<sac2@solumeddistribuidora.com.br>, <gabriel.dorricio@rioclarense.com.br>, <danilo@rioclarense.com.br>;

<marina.carbinatto@rioclarense.com.br>, <gisely.abrao@rioclarense.com.br>;

<sabrina.buoro@rioclarense.com.br>, <angelica.martins@rioclarense.com.br>;

<gustavo.bomfim@rioclarense.com.br>, <cobranca4@rioclarense.com.br>, <ana.nunes@rioclarense.com.br>;

<marcelo.bonatti@rioclarense.com.br>, <karina.lima@rioclarense.com.br>, <kaylane.silva@rioclarense.com.br>;

<nadia.mendes@rioclarense.com.br>, <carlos.enunes@hotmail.com>

Cc: Benedito <benedito.campos@rioclarense.com.br>, Fernanda <fernanda.machado@rioclarense.com.br>

Voce esta recebendo uma nova ocorrencia do SISTEMA JURIDICO.

Cliente : **13710 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**

Situacao da Ocorrencia : **NAO CRITICO**

Nr.Ocorrencia: **22114**

Data de Abertura: **20/07/2023**

Nr.Licitacao: **0000000000364220**

Nr.Empenho:

Nr.Pedido do Cliente:

Nr.Nota Fiscal:

Descricao da ocorrencia **Iremos pedir cancelamento do item 206 - INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE). Motivo: Cotacao errada. Na verdade, pretendia-se dar lances para o item 207.**



Juridico Rioclarense

11913511-5800

Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda.

O conteudo desta mensagem e de propriedade do Grupo Rioclarense e seu teor e dirigido apenas para conhecimento do seu destinatario.

Nao implica em assuncao de responsabilidade e/ou contratacao de qualquer especie, as quais sempre serao feitas por escrito e atraves de instrumento proprio.

ILUSTRÍSSIMO(A) GESTOR DE CONTRATOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.

Ref.:

Pregão Eletrônico nº 09/2023 - CIOP

Processo nº 11/2023-CIOP

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA., sociedade empresária, com matriz inscrita no CNPJ/ME sob o nº 67.729.178/0001-49, e sediada à Avenida 62-A, nº 419 - Jardim América, na cidade e comarca de Rio Claro - S.P., por seu procurador que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, requerer o **CANCELAMENTO DO ITEM "206 - INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE)."** pelas razões de fato e de direito abaixo expostas:

Por intermédio do processo licitatório em epígrafe, a Rioclarense apresentou proposta e ofertou lances para fornecimento futuro de alguns medicamentos destinados a Saúde Pública.

Ocorre que, no momento da oferta/digitação de lances, a Rioclarense ofertou/digitou lance erroneamente para o item "206 - Indicador Biológico, Para Monitorar Ciclos De Esterilização A Vapor (Autoclave)", contudo, a intenção era efetuar lances para o item "207 - Indicador de esterilização para autoclave. Integrador químico interno que permite efetuar a monitorização das condições de esterilização a vapor no interior das embalagens."



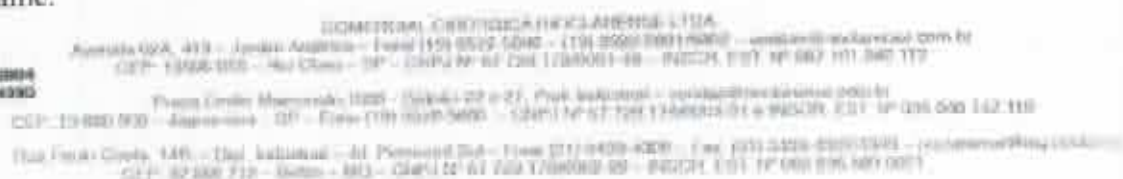
Somente tomamos ciência do problema após a emissão e encaminhamento do Empenho nº 4236/2023, momento tardio para eventual correção pelo processo licitatório, sendo inclusive emitidos outros pedidos na sequência.

O erro cometido pode ser facilmente comprovado através da grade de classificação do item "206", vejamos:

Item	Unidade	Quantidade	3.897			
INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR						
ORFIC/OPF	Nome	YARR	Marca	Modelo	Situação	
67.729.179/0004-61	COMERCIAL ORGORGEX	1.2.105	BRISSENTO	INTEGRADO RATTEST HYAPOR C5000H	Vetorador	
23.069.986/0001-82	ORBITAL MED PRODUCTION	21.3000	CLEAN UP	CLEAN-TEST 281	Classificado	
47.063.946/0391-01	Quintus Prokaze	27.5000	B		Classificado	
84.815.397/0301-94	TRIUMFAL MARIJA	28.5700	3 HEALTH CARE	CX	Classificado	
23.069.657/0001-05	Medical Innovation Ltda	28.5300	CLEAN UP	CLEAN UP	Classificado	
05.194.322/0004-61	ALFALACOS LTDA -	28.6400	CLEAN - UP	RC2 180/2011	Classificado	
10.275.430/0001-46	ROSILENE VIEIRA LOPES	29.2000	Clean Up	CX C 16	Classificado	
00.691.555/0001-57	BRICE CAMARAO	34.3000	CLEAN UP	INDICADOR BIOLÓGICO	Classificado	

Veja que a Rioclarense fora vencedora ao custo de R\$ 1,2100 enquanto os demais concorrentes ultrapassam o valor de R\$ 27,00.

Notoriamente se trata de um erro crasso, haja vista tamanha desproporcionalidade entre o valor registrado e o real, devendo ser considerando por Vossa Senhoria com a finalidade de cancelar o item "206" imediatamente e convocar os próximos colocados do certame.



O erro crasso é uma falha evidente que pode ocorrer em diversas esferas da vida, inclusive no âmbito da administração pública. Trata-se de um equívoco de proporções notáveis, que pode ter impactos significativos nas decisões e ações tomadas por órgãos governamentais. Para contornar essas situações e buscar a justiça e eficiência, existe o princípio da autotutela administrativa.

A autotutela administrativa é um princípio que permite que a própria administração pública reveja seus atos, corrigindo erros que tenham sido cometidos de forma clara e inequívoca. Esse mecanismo de autodefesa administrativa se baseia na ideia de que os órgãos públicos têm a obrigação de agir de acordo com a lei e a justiça, e, quando identificam um erro crasso, têm o dever de retificá-lo para evitar danos ou injustiças maiores.

Transcrevo, por oportuno, a Súmula nº 473, editada pelo Supremo Tribunal Federal:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Conforme define o art. 41 do Estatuto das Licitações, *"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."* No caso em testilha, o erro no resultado do processo não pode ser mantido para todo registro, haja vista que contrapõe à vontade vestibular desta Administração quando elaborou o ato convocatório do certame, descrevendo o item desejado, e não observado por esta peticionária.

Esse princípio se manifesta quando um órgão administrativo reconhece um erro grave em suas decisões, atos ou procedimentos e, por conta própria, inicia um processo de revisão e correção. A autotutela administrativa pode ser exercida tanto de forma interna, com a revisão dos próprios servidores, quanto por meio de recursos ou pedidos de revisão apresentados por terceiros afetados pelo erro.

A autotutela administrativa é um instrumento valioso para aprimorar a atuação do setor público, pois permite corrigir erros antes que estes se tornem problemas maiores, garantindo a justiça e a eficiência nas ações governamentais. Além disso, demonstra a transparência e a responsabilidade da administração perante a sociedade, uma vez que evidencia a disposição de corrigir falhas e cumprir com o devido processo legal.

Em suma, o erro crasso pode acontecer em qualquer esfera da vida, inclusive na administração pública. Nesses casos, o princípio da autotutela administrativa se apresenta como uma ferramenta relevante para corrigir equívocos e buscar a justiça e eficiência na atuação do Estado, promovendo uma gestão mais responsável e transparente. Ao garantir que os órgãos públicos estejam dispostos a reconhecer e corrigir suas falhas, a autotutela contribui para o fortalecimento da confiança entre o governo e os cidadãos.

DOS PEDIDOS

Diante do cenário exposto, considerando o notório e crasso erro cometido, espera-se a compreensão deste Consórcio, de modo que corrija o vício com fulcro no princípio da autotutela administrativa, **cancelando o item "206" integralmente, juntamente com os pedidos de empenhos emitidos.** É o que se requer e aguarda deferimento.

Nesses termos,

pede deferimento.

Rio Claro - SP, 20 de Julho de 2023.


LUI GUSTAVO SCATOLEN FÉLIX BONFIM
Advogado
OAB/SP nº 122.194


MARINA CARBINATTO
Advogada
OAB/SP nº 684.979


GABRIEL CORRÊGO
Analista Jurídico
CPF nº 462.596.378-99


MARCELO GILBERTO BLAGA BONATTI
Assistente Jurídico
CPF nº 455.459.448-80



[illegible]

1635
Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **1ebe1c8b122d49b82b1b0781c5e822e20abc5c748c74c48ac5f1d22dc3fad47e** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **107804** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Procuracao_Dr_Agusto_Gustavo"**, cujo assunto é descrito como **"Procuracao_Dr_Agusto_Gustavo"**, faz prova de que em **18/01/2023 11:32:27**, o responsável **Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda (67.729.178/0001-49)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de **Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **18/01/2023 11:34:08** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0xcdfbd822b6780b34940e49174cabd867880192492755320caa300b44c9825b252**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



IDENTIFICACAO DO EMITENTE 3M DO BRASIL LTDA VIA ANHANGUERA, KM 116, -- JARDIM MANCHESTER 13182-900 SUMARE - SP 08 0015-3131		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRONICA 0-ENTRADA 1-SAIDA: 1 586.718 SÉRIE 24 FOLHA 1/1	 CHAVE DE ACESSO 1321 0745 0853 7100 0108 5502 4000 5867 1810 0184 5997 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZACAO DO USO: 135231174092191 21/07/2023 14:59:54
NATUREZA DA OPERACAO VENDA		PROTOCOLO DE AUTORIZACAO DO USO: 135231174092191 21/07/2023 14:59:54	
INSCRICAO ESTADUAL 671.000.000.114	INSCRICAO FISCAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 45.985.371/0001-08	

DESTINATARIO NOME / RAZAO SOCIAL COML CIR RIOCIARENSE LTDA		CNPJ 67.729.178/0004-91	DATA FASESAQ 21/07/2023
ENDERECO PC EMILIO MARCONATO 1000 QP 22, -		BAIRRO / DISTRITO NUC RES DR JOAO ALDO NASSIF	CEP 13916-074
CIDADE JAGUARIUNA	UF SP	INSCRICAO ESTADUAL 395.060.142.110	HORA DA SAIDA 14:59:52

FATURA / DUPLICATA 58671824/001 04/09/2023 6.251,84	
---	--

CACELO DO IMPRIMO					
DATA FASE FIM 6.251,84	VALOR ICMS 1.125,33	DARE CAC RMB ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 6.251,84	
VALOR IPI 0,00	VALOR DESPESA 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 6.251,84

TRANSPORTADOR - VALORES TRANSPORTADOR		DETE POR CONTRA 0-Remetente	TIPO DE DETE	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ 09.185.434/0002-69
NOME / RAZAO SOCIAL DE SANTA TR ROD CARGAS LTDA		MUNICIPIO SUMARE		UF SP	INSCRICAO ESTADUAL 671.341.543.110	
QUANTIDADE 4	ESPECIE 3M-020113-372929	NUMERACAO 011840331	VEICULO 1.400	PERMITECIDO 1,264		

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTD	CEP	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR ICMS	VALOR ICMS ST	ALIC. ICMS
H0001769308	A111ET 12V2 VAPOR CX C/ 50 INDC. HIGIENICO LBT. RAPIDA. Data=21/08/2023 Val=10/03/2023 Qtd=8 PMI=0,00 R.A.N.V.I.A=BRUNTO RPS BUN 13/12 FCT 672AD5D0-A5F4-45C5-8845-558CTH9A6121 MDEIC AM 23/03/2023 20250614 202506100 0000000000 201.907 Cód. Barra: 78910400260029	30024000	800	9101	CTE	8	781,48	6.251,84	6.251,84	1.125,33	18,00

DADOS ADICIONAIS INSCRIÇÃO DE OBRIGACAO DESTINATARIO RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DO ICMS SUBSTITUTO CONFORME RDO ESPECIAL 01897/2016 PEDIDO 026341 DE 2017 VIGENCIA ATF 10/04/2021 PIS COMIN TRIBI (TINP L1) (0.147/2000 ARTIGO 1, INCISO I ALINHA A.	VALOR ADICIONAIS 18,00
---	---------------------------

RECEBEMOS DE 3M DO BRASIL LTDA O PREÇO POR SEUS SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRONICA 459853710001586718, EMISSÃO 21/07/2023 VALOR TOTAL 6.251,84 DESTINATARIO COML CIR RIOCIARENSE LTDA - PC EMILIO MARCONATO 1000 QP 22, - NUC RES DR JOAO ALDO NASSIF 13916-074 JAGUARIUNA-SP		NP-e 586.718 SÉRIE 24
DATA DO RECEBIMENTO 21/07/2023	ASSINATURA DO RECEBIDOR	

1637
067

IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR 3M DO BRASIL LTDA VIA ANHANGUERA, KM 114, - JARDIM MANCHESTER 13181-900 SUMARÉ - SP 08 0015-2131		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 586.719 SÉRIE 24 FOLHA 1/1		 CHAVE DE ACESSO 1321 0745 9833 7100 0108 5502 4000 3867 1910 0335 1910 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA			PREFIXO DO CANCELAMENTO 135231174092168 31/07/2023 14:59:54		
INSCRIÇÃO ESTADUAL 671.000.090.114		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO DESTINATÁRIO 45.985.371/0001-08			

DESTINATÁRIO NOME - RAZÃO SOCIAL COML CIR RIOCLARENSE LTDA		CNPJ 07.729.178/0004-91		DATA DA EMISSÃO 21/07/2023	
ENDEREÇO PC EMILIO MARCONATO 1000 QP 22, -		ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO NUC RES DR JOAO ALDO NASSIF		DATA DA SAÍDA 21/07/2023	
MUNICÍPIO JACUARIUNA		UF SP		DATA DA SAÍDA 14:59:52	

FATURA / DUPLICATA 58671924-001 04/09/2023 2.860,38					
VALORES DO DEPOSITO					
BASE CALC ICMS	VALOR ICMS	BASE CALC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS	
2.860,38	514,87	0,00	0,00	2.860,38	
VALOR IPI	VALOR IPI ST	VALOR IPI ST	VALOR IPI ST	TOTAL DO IPI	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

TRANSPORTADOR / VOLTARTE / TRANSPORTADOR NOME / RAZÃO SOCIAL DI SANTA TEREZ CARGAS LTDA		TIPO DE TRANSPORTE 0-Remicente		PLACA DO VEICULO SP	
ENDEREÇO ROD ANHANGUERA SN KM 114 JARDI		MUNICÍPIO SUMARÉ		UF SP	
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NÚMERO DE	PRODUTOS	PRODUTOS
4		3M-020112-372029	011840352	9,772	8,778

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS												
CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO (Nº QUANTIDADE / SERVIÇO)				QUANTIDADE	UNID	CEP	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR ICMS
HH006549901	3M COMPLY 1322 RL 18XMX55M 3M COMPLY 1322 PITA IND VAPOR 202-028 TANH				38221998	100	5102	81	50	26,48	1.483,80	1.482,88
HH004747497	1435 INTE VAPOR CX 78C 500PK N/A Lot: 2318400151 Fab: 01/05/2023 Val: 30/04/2026 Ind: 2 RER SEM 1-12 FFF 1347131 72-8AD5-42AD-923B-000DA1417002 2318400151 202.028 TANH				38221998	100	5101	15X	2	688,75	1.377,50	1.377,50

DADOS DE RESPOSTA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR DESTINATÁRIO RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DO ICMS SUBSTITUTO CONFORME REG ESPECIAL 01889/2016 PEDIDO 026341 DE 2017 VIGÊNCIA ATÉ 30/04/2025		RESERVADO AO USUÁRIO	
--	--	----------------------	--

DANFE VOLTARTE 586.719 SÉRIE 24		DATA DE EMISSÃO 21/07/2023	
---------------------------------------	--	-------------------------------	--

Item: 1 Unidade: UNIDADE Quantidade: 3.916

HIDROGEL AMORFO NÃO CITOTÓXICO, NÃO ESTÉRIL, COMPOSTO DE ÁGUA DEIONIZADA,

CNPJ/CPF	Nome	Valor	Marca	Modelo	Situação
39.774.113/0001-80	QUARTIMED	45,5200	SMITH&NEPH EW	SOLOSITE GEL 85 GR	Vencedor

Lote 204.0 Itens do lote: 1

Item: 1 Unidade: UNIDADE Quantidade: 8.801

HIDROGEL TRANSPARENTE/INCOLOR, PRODUTO NÃO ESTÉRIL, COMPOSTO POR ÁGUA

CNPJ/CPF	Nome	Valor	Marca	Modelo	Situação
59.225.268/0001-74	SOQUIMICA	78,5000	CONVATEC	SAFGEL	Vencedor

Lote 205.0 Itens do lote: 1

Item: 1 Unidade: FRASCO Quantidade: 10.359

HIPOCLORITO DE SÓDIO. COM 2,5 % DE CLORO ATIVO. TAMPA COM ROSCA E LACRE.

CNPJ/CPF	Nome	Valor	Marca	Modelo	Situação
73.318.693/0001-39	VP MEDICMANETOS	2,5000	CICLO FARMA		Vencedor
04.063.331/0001-21	CIRURGICA UNIÃO LTDA	2,7300	CICLOFARMA	CICLOFARM	Classificado
49.228.695/0001-52	LUMAR COMERCIO DE	2,7900	CICLO FARMA	CICLO CLORO(HIPO CLORITO SODIO)2,5% 1LT	Classificado
56.081.482/0001-06	DIMEBRAS COMERCIAL	2,9000	CICLO FARMA	CICLO FARMA	Classificado
28.069.066/0001-57	OESTE MED PRODUTOS	3,3000	CICLO FARMA	CLORO 2,5%	Classificado

Lote 206.0 Itens do lote: 1

Item: 1 Unidade: CAIXA Quantidade: 3.697

INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR

CNPJ/CPF	Nome	Valor	Marca	Modelo	Situação
67.729.178/0004-91	COMERCIAL CIRÚRGICA	1,2100	3M/ISENTO	INTEGRADO R ATTEST P/VAPOR C/500UN	Vencedor
28.069.066/0001-57	OESTE MED PRODUTOS	27,8000	CLEAN UP	CLEAN-TEST 24H	Classificado
47.063.094/0001-01	Cirulabor Produtos	27,9000	2i		Classificado
64.815.897/0001-94	TRIUNFAL MARILIA	28,0700	2i HEALT CARE	CX	Classificado

25.067.657/0001-05	Medical chizzolini Ltda	28,6300	CLEAN UP	CLEAN UP	Classificado
05.194.502/0004-67	ALFALAGOS LTDA -	28,6400	CLEAN - UP	RDC 185/2001	Classificado
10.279.430/0001-48	ROSILENE VIEIRA LOPES	29,3000	Clean Up	CX C/ 10	Classificado
00.691.555/0001-27	DÉCIO CAMARGO	34,9000	CLEAN UP	INDICADOR BIOLÓGICO	Classificado
04.063.331/0001-21	CIRURGICA UNIÃO LTDA	37,7600	CLEAN UPP	CLEAN	Classificado
59.225.268/0001-74	SOQUIMICA	39,2000	MAXXIMED	CLICKTEST	Classificado
00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL	48,9500	CLEAN-UP	CLEAN TEST MOD 24H/Não Regulado	Classificado

Lote **207.0** Itens do lote: **1**

Item: **1** Unidade: **EMBALAG** Quantidade: **2.428**

INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO PARA AUTOCLAVE. INTEGRADOR QUÍMICO INTERNO QUE

CNPJ/CPF	Nome	Valor	Marca	Modelo	Situação
28.069.066/0001-57	OESTE MED PRODUTOS	26,8000	CLEAN UP	CLEAN UP	Vencedor
05.194.502/0004-67	ALFALAGOS LTDA -	26,8900	CLEAN - UP	RDC 185	Classificado
10.279.430/0001-48	ROSILENE VIEIRA LOPES	29,9900	Clean Up	CX C/ 100	Classificado
00.691.555/0001-27	DÉCIO CAMARGO	48,0000	CLEAN UP	INDICADOR	Classificado
47.063.094/0001-01	Cirulabor Produtos	56,0000	2I		Classificado
59.225.268/0001-74	SOQUIMICA	58,3400	MAXXIMED	MAXXITEST	Classificado
00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL	69,8300	CLEAN-UP	VAPOR STEAM/NÃO REGULADO	Classificado
04.063.331/0001-21	CIRURGICA UNIÃO LTDA	91,5200	TERRAGENE	TERRAGENE	Classificado

Lote **208.0** Itens do lote: **1**

Item: **1** Unidade: **CAIXA** Quantidade: **950**

INDICADOR QUÍMICO

CNPJ/CPF	Nome	Valor	Marca	Modelo	Situação
10.279.430/0001-48	ROSILENE VIEIRA LOPES	11,4000	Clean Up	CX C/ 25	Vencedor
04.063.331/0001-21	CIRURGICA UNIÃO LTDA	11,4300	CLEAN UP	CLEAN UP	Classificado
00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL	19,9800	CLEAN-UP	CLEAN TEST MOD. 1258/NAO REGULADO	Classificado
00.691.555/0001-27	DÉCIO CAMARGO	48,0000	CLEAN UP	INDICADOR QUÍMICO	Classificado
47.063.094/0001-01	Cirulabor Produtos	100,0000	2I		Classificado

1640
1004

licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

De: Oeste Med Produtos Hospitalares <licitacao.oestemed@hotmail.com>
Enviado em: quinta-feira, 10 de agosto de 2023 13:57
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: RE: PREGÃO ELETRÔNICO 09/2023 - ITEM 206 - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Boa tarde

Temos interesse.
Precisamos enviar algo para formalizar?

Atenciosamente,

Juliana Amorim de Matos
Departamento de Licitações e Contratos

OESTE MED COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP
(18) 3273-0106 - (18) 3904-4002
CNPJ: 28.069.066/0001-57 IE: 562.524.328.113
RUA: PIONEIRO JOÃO ASCÊNCIO, 90 - RESIDENCIAL FLORENZA
CEP: 19062-150 - PRESIDENTE PRUDENTE - SP



OESTE MED

De: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>
Enviado: quinta-feira, 10 de agosto de 2023 13:30
Para: licitacao.oestemed@hotmail.com <licitacao.oestemed@hotmail.com>
Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO 09/2023 - ITEM 206 - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Boa tarde

Prezados,
Ao participarem do Pregão Eletrônico 09/2023, material de enfermagem, ficaram classificados em segundo lugar no ITEM 206 - INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE). Acontece que a empresa vencedora não possui mais interesse no referido item, sendo assim, por ordem, vocês teriam interesse no mesmo?

A saber, o item ficará pelo valor de 27,80, na marca CLEAN UP, modelo CLEAN-TEST 24H.

Atenciosamente



Mileny Fidelis

Técnica Administrativo – Setor de Compras, Licitações e Contratos
Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP
Presidente Prudente – SP

(18) 3223-1116 – Ramal 204

licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

(18) 9 9682-8139



Não contém vírus www.avast.com



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
ORIGEM: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM 206 – INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE)

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao item 206 – INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE), cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, registrados na ata do Pregão Eletrônico nº 09/2023 sob a justificativa de que realizou, erroneamente, a cotação de preço do item junto ao seu fornecedor.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento do item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa peticionante, em documento juntado aos autos solicita o cancelamento do supra, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que "no momento da oferta/digitação de lances, a Rioclarense ofertou/digitou lance erroneamente para o item '206 – Indicador Biológico, Para Monitorar Ciclos De Esterilização A Vapor (Autoclave)', contudo, a intenção era efetuar lances para o item '207 – Indicador de esterilização para autoclave. Integrador químico

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

interno que permite efetuar a monitoração das condições de esterilização a vapor no interior das embalagens”.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o **PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO**, **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**, **PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE** e **PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA**.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *“o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular”*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *“quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina”*. Especificamente em relação às licitações, o **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE** traduz-se no **PRINCÍPIO DA ESTRITA OBSERVÂNCIA EDITALÍCIA**, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *“o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo”*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, **imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos**, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de até 01 (um) ano de validade do certame. Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral, ao vencedor da licitação no qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento da forma de apresentação do item licitado. Por tal razão, para ser possível o cancelamento do item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz, Dicionário Jurídico, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

O erro da empresa não pode ser oposto à Administração como forma de furtar-se da obrigação de fornecer os itens licitados, principalmente sob alegação de cometimento de um erro grosseiro e inescusável como o do presente caso.

Destaca-se a seguir as regras expressas estabelecidas na ARP 20/2022 quanto à obrigação de fornecer os itens registrados:

Capítulo V – obrigações da detentora

5.5. Entregar o produto, com as especificações e qualidade compatíveis com a proposta, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido da parcela, acompanhado da Nota de Empenho prévio, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser justificados e apresentados dentro do prazo de vencimento, para serem submetidos à apreciação do Ente Participante.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

É necessária uma razão factual para o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Todavia, embora no caso em tela o licitante não apresente os elementos necessário para ter direito subjetivo ao cancelamento do item, em verdade, goza a Administração Pública de autonomia e discricionariedade, cabendo ao Gestor da coisa pública analisar eventual conveniência e oportunidade em se deferir o cancelamento, nos termos pleiteados pela empresa licitante.

Tal decisão se justificaria pelo fato de o item ora discutido ter sido cotado por valor muito abaixo do de mercado e, somando-se o fato de ser expressamente vedado no edital do presente pregão o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o que demonstra a provável impossibilidade de a empresa cumprir com o licitado.

Portanto, em que pese a notável inocorrência de fato superveniente e imprevisível, caso fortuito ou força maior, cabe análise do Gestor Público, que, de forma cautelosa, poderá averiguar eventual conveniência e oportunidade em se deferir o cancelamento pleiteado, **desde que comprovada a boa-fé do licitante, sempre perseguindo o INTERESSE PÚBLICO e observando o Princípio da Isonomia**, nos termos expostos acima.

Entretanto, ainda que se opte por deferir o cancelamento, é necessário destacar a possibilidade de aplicação de penalidade ao licitante, que, por sua conduta negligente e inescusável, gerou tumulto e morosidade desnecessária e evitável no presente processo, podendo, inclusive, ter causado prejuízos à Administração Licitante.

De tal modo, insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa licitante, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (In Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mostra-se razoável a aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA


CONCLUSÃO


Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:


I – Pela possibilidade de deferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA sagrou-se vencedora, caso seja de interesse público e estejam presentes a conveniência e oportunidade a serem analisados pelo Gestor Público, sempre com observância à supremacia do interesse público e a isonomia.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 26 de setembro de 2023.


Sérgio Ricardo Stuaní
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 121/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 09/2023

Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA- ARP Nº 96/2023

Após solicitação de cancelamento, às fls. 1.624/1.641, sobre o item **Nº 206 – INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE)**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 1.677/1.685, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 04 de outubro de 2023.

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de cancelamento de item

Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Após solicitação de cancelamento, às fls. 1.624/1.641, sobre o item

BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE), encaminho o Parecer Jurídico às fls. 1.677/1.685, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de cancelamento de item

Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de cancelamento de item

Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Após solicitação de cancelamento, às fls. 1.624/1.641, sobre o item

BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE), encaminho o Parecer Jurídico às fls. 1.677/1.685, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 09/2023
Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - ARP Nº 96/2023

Trata-se de solicitação de cancelamento do item **Nº 206 – INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE)**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 96/2023, alegando, em síntese, realizou erroneamente a cotação de preço junto ao seu fornecedor.


Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 1.677/1.685, e **DELIBERO** pelo **ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ Nº 67.729.178/0004-91, ARP Nº 96/2023**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Assinatura: Pedido de
 Interesses: CO. 01/01

Presidente Prudente, 04 de outubro de 2023.

Trata-se de solicitação de cancelamento do item Nº 206 – INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE), registrado na Ata de Registro de Preços nº 96/2023, alegando, em síntese, realizou erroneamente a cotação de preço junto ao seu fornecedor.


Maria Heloísa da Silva Cuvolo
 Diretora Executiva - CIOP

Assinatura: Pedido de
 Interesses: CO. 01/01

Trata-se de solicitação de cancelamento do item Nº 206 – INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE), registrado na Ata de Registro de Preços nº 96/2023, alegando, em síntese, realizou erroneamente a cotação de preço junto ao seu fornecedor.



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de cancelamento. Pregão Eletrônico nº 09/2023. Interessada: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ Nº 07.729.178/0004-01, ARP Nº 06/2023. Decisão: Delibera acolhimento do pedido de cancelamento do Item Nº 205 - INDICADOR BIOLÓGICO, PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (AUTOCLAVE, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP, Presidente Prudente, 04 de outubro de 2023.

